

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O QUE SE
ENTENDE POR INCLUSÃO PRODUTIVA: UM RECORTE
TEMPORAL ENTRE 2005 A 2016**

*LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA BRASILEÑA SOBRE LO QUE SE
ENTIENDE POR INCLUSIÓN PRODUCTIVA: UN RECORTE
TEMPORAL ENTRE 2005 A 2016*

**Diego Neves de Sousa
Paulo André Niederle**

Embrapa Pesca e Aquicultura
diegocoop@hotmail.com, pauloniederle@gmail.com

RESUMO

A inclusão produtiva dos agricultores familiares tem ocupado lugar de destaque na agenda política nacional. Entretanto, o conceito de inclusão produtiva não há consenso na comunidade acadêmica e tampouco nas políticas governamentais. Diante da emergência e da novidade do tema inclusão produtiva nos estudos rurais e urbanos, realizou-se neste artigo uma revisão bibliométrica para analisar a produção científica sobre o que os autores entendem por inclusão produtiva e quais são as asserções afins e objetos empíricos que estão associados e abordados nesses estudos. Nesta revisão bibliométrica foi elaborado um protocolo de coleta de dados no qual definiu-se "inclusão produtiva" como o *string* de busca a fim de mapear os artigos. Conclui-se que a maioria dos estudos mapeados houve influência do senso comum no que se entende por inclusão produtiva, sem nenhuma padronização conceitual.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, estudo bibliométrico.

RESUMEN

La inclusión productiva de los agricultores familiares ha ocupado un lugar destacado en la agenda política nacional. Sin embargo, el concepto de inclusión productiva no tiene consenso en la comunidad académica y tampoco en las políticas gubernamentales. Ante la emergencia y la novedad del tema inclusión productiva en los estudios rurales y urbanos, se realizó en este artículo una revisión bibliométrica para analizar la producción científica sobre lo que los autores entienden por inclusión productiva y cuáles son las aserciones afines y objetos empíricos que están asociados y abordados en estos estudios. En esta revisión bibliométrica se elaboró un protocolo de recolección de datos en el cual se definió "inclusión productiva" como el *string* de búsqueda a fin de mapear los artículos. Se concluye que la mayoría de los estudios mapeados tuvieron influencia del sentido común en lo que se entiende por inclusión productiva, sin ninguna estandarización conceptual.

Palabras clave: políticas públicas, agricultura familiar, estudio bibliométrico.

INTRODUÇÃO

A inclusão produtiva adquiriu visibilidade¹ no cenário brasileiro, a partir da implantação da SAIP - Secretaria de Articulação para Inclusão Produtiva, em 2010. A partir desse momento, as ações de inclusão produtiva passaram a fazer parte de várias políticas na agenda do governo federal.

No meio governamental passa a ser utilizado com mais frequência, primeiramente pelo MDS - Ministério do Desenvolvimento Social para designar os projetos de geração de trabalho e renda que surgiram de parcerias com a iniciativa privada no âmbito do Programa Fome Zero². Num segundo o momento, o termo passou a ser utilizado pelo MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário ao ser consagrado como um dos eixos estratégicos do PBSM - Programa Brasil Sem Miséria (SOUZA, 2013). Com o apoio de diversas políticas públicas que abarcaram este Programa, houve certos avanços na dinâmica de inclusão socioeconômica do público em situação de pobreza e de extrema pobreza. Embora, essas ações foram esporádicas e descontínuas, como ocorreu com o PBSM que finalizou em 2014.

Quanto ao conceito de inclusão produtiva não há consenso tanto na comunidade acadêmica quanto no meio governamental. No campo acadêmico, houve uma evolução no número de publicações sobre a temática, principalmente no ano de 2016, referentes as últimas políticas governamentais que contemplam algum tipo de ação inclusiva, com destaque para a Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Programa Brasil Sem Miséria, entre outras políticas sociais, territoriais e de comercialização que tentaram diminuir a pobreza da população excluída. No entanto, sem nenhuma padronização ou orientação política no que tange a discussão do conceito.

No campo governamental, o termo é abarcado implicitamente por inúmeras políticas públicas, sem que os *policy makers* se preocupem com o que realmente representa, pois há diferentes noções e interpretações generalizadas que podem limitar a formulação, implementação e execução de determinada política pública nos processos de mudança social.

De forma geral, Niederle (2017) salienta que o termo “inclusão produtiva” se tornou um mantra para as ações do Estado, bem como da sociedade civil organizada, no sentido de que esta expressão genérica assume conotação distinta, conforme os desacordos sobre o espaço de manobra política e as possíveis alternativas que existem para o público empobrecido. Mas, afinal, perante essas incógnitas o que se entende por inclusão produtiva ?

Diante da emergência e da novidade do tema inclusão produtiva nos estudos rurais e urbanos, pretende-se neste artigo realizar uma revisão bibliométrica³ para analisar a produção científica sobre o que os autores entendem por inclusão produtiva e

¹ É importante ressaltar que antes desse período houve algumas tentativas de ações inclusivas, como ocorreu no Programa Fome Zero e no Bolsa Família.

² No Programa Fome Zero, os projetos de geração de renda e trabalho surgem articulados às ações de economia solidária e de qualificação profissional para a população em situação de pobreza. Esses projetos sobrepõem as iniciativas da assistência social. No caso da economia solidária, de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, era necessário diferenciar as ações dando maior autonomia ao MDS na execução dos projetos. Nesta perspectiva, após longo período de discussão, adotou-se o termo inclusão produtiva (SOUZA, 2013).

³ Recurso que permite analisar a produção científica de uma determinada área do conhecimento ou tema específico a ser investigado em plataformas de busca de trabalhos acadêmicos.

quais são as asserções afins e objetos empíricos que estão associados e abordados nesses estudos.

ASPECTOS E APONTAMENTOS SOBRE A INCLUSÃO PRODUTIVA

Os trabalhos com a temática inclusão produtiva começaram a serem publicados esporadicamente a partir do ano de 2005 até 2011. O primeiro artigo teve como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a percepção de profissionais de diferentes áreas de conhecimento a respeito da inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiências (PPDs) no mercado de trabalho, buscando a inclusão produtiva no setor industrial. Os resultados apontaram que apesar do ambiente industrial ser considerado de difícil inclusão, os profissionais percebem que é possível essa inclusão ao romper com as barreiras relacionadas aos postos de trabalho, infraestrutura de instituições de ensino, acessibilidade de ambientes construídos e vias públicas. Dessa forma, é imprescindível buscar formas de integração das PPDs para que ocorra a inclusão no setor industrial, além de que haja uma concepção integrada de sistemas de produção mais inclusivos (BITENCOURT *et al.*, 2005).

Nos anos posteriores, como em 2006 não houve artigo mapeado acerca da temática. No ano seguinte, foram identificados dois trabalhos. O artigo de Costa *et al.* (2007) que analisou a gestão do sistema agroecológico de hortaliças no processo de inclusão produtiva de jovens agricultores e o de Souza *et al.* (2007) que analisou os resultados das ações de geração de trabalho e renda do Programa de Inclusão Produtiva desenvolvido junto aos territórios nordeste e oeste do município de Bauru/SP. Em ambos os trabalhos, a noção de inclusão produtiva não é explicada e tampouco trabalhada no texto. O primeiro artigo só é utilizada a palavra inclusão produtiva na descrição do objetivo do trabalho, com apenas uma referência no corpo do texto, enquanto no segundo artigo tem mais repetições, porém é utilizado apenas para adjetivar o Programa Inclusão Produtiva que é o objeto empírico do referido estudo.

Nos anos posteriores, continua com certa irregularidade as publicações sobre inclusão produtiva, pois não se verifica nenhum trabalho mapeado com esta temática nos anos específicos de 2008 e 2010. Em relação a 2009, houve somente o trabalho de Ogioni (2009) que analisou a metodologia de intervenção psicossocial com unidades produtivas em um projeto de inclusão produtiva com pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social. Assim, este artigo apresentou a metodologia de um projeto de inclusão produtiva para esse público, mas não explicou o que se entende por inclusão produtiva. Apenas tratou-se de referir o que espera por este trabalho de inclusão produtiva ao buscar a viabilização de “uma articulação efetiva entre os usuários da política de prevenção e o mercado, seja através do emprego formal ou projetos grupais de geração de renda e capital social” (OGIONI, 2009, p.103).

Também com apenas uma publicação, no ano de 2011, iniciam os estudos com foco nas políticas sociais, que crescem nos próximos anos devido a efervescência de políticas governamentais de enfrentamento da pobreza, a partir de ações de fomento com vistas à inclusão produtiva dos beneficiários. Rodrigues e Virgolin (2011) analisam o desenvolvimento das ações de geração de renda do Programa "Mães Unidas na Construção da Dignidade de suas Famílias" através da execução da Política de Assistência Social no município de Cruz Alta/RS, a fim de desvendar se o mesmo atende aos propósitos de inclusão social produtiva do público alvo. Os autores resgataram o que a PNAS - Política Nacional de Assistência Social considera sobre o que é o serviço de inclusão produtiva.

Serviço de proteção básica, que consiste, no seu sentido mais operativo, no esforço para a mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação sócio-profissional, cidadã e ético-política (RODRIGUES e VIRGOLIN, 2011, p.1).

Neste contexto, para Rodrigues e Virgolin (2011) as ações de inclusão produtiva buscam ampliar a capacidade de autogestão das comunidades no âmbito econômico e social, através das trocas de experiências de formas coletivas de organização produtiva, a promoção de arranjos produtivos viáveis e sustentáveis, reconhecendo o papel de protagonista da comunidade na promoção do seu próprio desenvolvimento. Inferem-se, portanto, que a inclusão social produtiva é colocada em prática ao ser inserida em programas e projetos de enfrentamento a pobreza.

Em 2012, começam a aumentar significativamente o número de trabalhos com a temática inclusão produtiva, dentre os quais, cita-os: Bergamaschi e Almeida (2012) analisam a participação social e política das mulheres inseridas no serviço de inclusão produtiva do município de Vitória/ES; Ferreira Jr. *et al* (2012) propõem algumas diretrizes estratégicas para a estruturação de sistemas locais de fomento e financiamento aos micro e pequenos negócios, por meio de uma política pública de inclusão financeira produtiva em nível estadual; Esteves *et al* (2012) elencam as novas perspectivas em educação para populações tradicionalmente afastadas da possibilidade de acesso à educação (profissional e tecnológica) com a finalidade de inclusão produtiva através da educação profissional e tecnológica; Preto *et al* (2012) apresentam uma pesquisa qualitativa realizada na perspectiva do Programa de Economia Solidária de uma prefeitura do Paraná visando identificar mecanismos que potencializam ou fragilizam o trabalho artesanal regional proposto pelas ações de inclusão produtiva do referido Programa e, por último, Lucheti e Carlotto (2012) analisam as possibilidades de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família atingirem a autonomia financeira através da proposta do eixo inclusão produtiva do PBSM.

Em ambos os trabalhos não foi possível identificar a conceituação do termo inclusão produtiva. Verificou-se, neste período, a emergência de estudos sobre o PBSM, lançado em 2011, no qual a intenção do governo era de articular as políticas de transferência de renda com estratégias de inclusão produtiva no meio rural e urbano. O papel da inclusão produtiva passa a ser estimulado pela geração de trabalho e renda através do empreendedorismo, da economia solidária, da qualificação e orientação profissional (PRETO *et al*, 2012).

Bergamaschi e Almeida (2012) enfatizam que as ações de inclusão produtiva apresentam-se como importante vetor de enfrentamento a pobreza, a fim de contribuir para a emancipação e independência financeira das famílias, possibilitando-lhes o acesso ao conhecimento, à renda e à cidadania, conforme enuncia a PNAS.

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e sua organização social (BRASIL, 1993, art.25º).

O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil (BRASIL, 1993, art.26º).

Para Ferreira Jr. *et al* (2012), as políticas sociais de combate à pobreza no país avançaram nos últimos anos, tanto no volume de recursos quanto no número de beneficiários, em função da unificação e ampliação das políticas públicas de transferência de renda e assistência social. Destaque para o Nordeste que recebeu 53% dos recursos destinados ao Programa Bolsa Família, uma vez que, aproximadamente, 50% da população desta região estão em situação de pobreza e, conseqüentemente, precisam de ações para a sua devida inclusão (Idem). Esses dados explicam o porquê na priorização de investigações nesta região dada a sua problemática específica, conforme se verificou nos artigos mapeados na presente pesquisa bibliométrica.

Em 2013 foram identificados mais quatro trabalhos. Seguindo a perspectiva das últimas referências, Alves e Amâncio (2013) analisaram as percepções que as estudantes do Programa Mulheres Mil, que é uma das ações do PBSM, apresentam sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea e como que se dá a sua inclusão produtiva através das políticas sociais. As autoras citam os mesmos conceitos utilizados por Rodrigues e Virgolin (2011) para qualificar a noção de inclusão produtiva enquanto serviço de proteção básico de acordo com as premissas da PNAS. Sinalizam que o início do processo de inclusão produtiva deve estar balizado no fortalecimento das organizações coletivas e de iniciativas cooperativas de produção onde a comunidade está inserida, com garantias de novos meios e capacidades de gestão do empreendimento comunitário orientadas pelo respeito e preservação do patrimônio cultural e artístico, além do meio ambiente. Concluem que a oferta de cursos destinados às mulheres em situação de vulnerabilidade social mostra-se como ponto de partida para a sua inclusão cidadã e emancipatória.

Na tentativa de entender os motivos que levaram a Política de Assistência Social assumir as ações da agenda de inclusão produtiva, uma vez que esta política já contemplava diversificados serviços e benefícios, Souza (2013) problematizou a relação da PNAS com as ações de inclusão produtiva, desenvolvidas com a finalidade de gerar renda para “emancipação” do usuário. A autora iniciou o trabalho indagando o que é inclusão produtiva? Constatou que não há uma definição conceitual do termo, pois trata-se de incluir quem? Onde? Como? Por quem? Explicou, ainda, que no meio acadêmico o uso do termo é polêmico, pois é um novo nome para a velha e desigual relação do capital versus o trabalho. No meio governamental passa a ser utilizado com mais frequência, *a priori* pelo MDS para designar os projetos de geração de trabalho e renda que surgiram de parcerias com a iniciativa privada no âmbito do Programa Fome Zero. Num segundo momento, o termo passou a ser utilizado pelo MDA ao ser consagrado como um dos eixos estratégicos do PBSM.

Souza (2013) pontua que sem uma legislação que ampare e destine recursos voltados para a inclusão produtiva, a SAIP⁴ vinculada ao MDS estabeleceu o compromisso nacional pelo desenvolvimento social, no qual a inclusão produtiva foi um das metas a ser alcançada. Sem um conceito definido de inclusão produtiva, a SAIP utilizou-se do entendimento de que é um processo que conduz à formação de cidadãos,

⁴ A SAIP foi extinta em 2011 para dar lugar à Secretaria Extraordinária de Combate a Extrema Pobreza.

integrados ao mundo pelo trabalho, tendo como perspectiva proporcionar autonomia para vida digna e sustentável.

Com essas mudanças nas estruturas governamentais, houve a tentativa de ampliar as responsabilidades do MDS, uma vez que "a inclusão produtiva passa a ser pensada como "porta de saída", e a emancipação como independência dos programas e benefícios viabilizados pelo Estado" (SOUZA, 2013, p.292).

Em outro estudo, Le-Bourlegat e Amarilha (2013) analisam os impactos do Prolocal⁵ na inclusão produtiva e dinamização econômica nos municípios de fronteira do Mato Grosso do Sul com outros estados, instrumentalizado por quatro focos: formalização de empresas, agentes de desenvolvimento, compras governamentais e desburocratização. Pelos resultados obtidos, verificou-se que a Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, sancionada em 2006, transformou-se em instrumento facilitador de inclusão produtiva dos pequenos negócios, na medida em que contribuiu para regularizar e ampliar suas vantagens competitivas no território onde estão sediadas. Além disso, foi possível diagnosticar que as compras públicas tem potencial de dinamização dos pequenos municípios, impulsionando-os para adoção de melhorias em suas leis e procedimentos concernentes a desburocratização.

Por sua vez, Rodrigues e Almeida (2013) analisam a contribuição das associações na inclusão produtiva e social dos catadores de materiais recicláveis no município de Fortaleza/CE. A justificativa para este estudo foi a publicação pelo Governo Federal do Decreto nº 5940/2006 que trata sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Este Decreto Federal marca uma postura pública de responsabilidade sócio ambiental frente à questão da reciclagem e da inclusão produtiva e social dos catadores de materiais recicláveis, como também influencia a elaboração de políticas municipais e até privadas, promovendo a discussão do tema, no Brasil, em bases mais concretas. No entanto, esta é apenas uma ação dentro de um contexto amplo onde está inserida a questão da reciclagem, como também o catador de material reciclável é apenas um elo de cadeia produtiva reversa que há poucas décadas não era prioridade no campo das políticas públicas (RODRIGUES e ALMEIDA, 2013, p.158).

Entre os resultados, postula-se que essas associações contribuem parcialmente para a inclusão produtiva e social do catador de material reciclável. Os autores salientam a necessidade do governo elaborar programas de fortalecimento institucional e de implantação de projetos de coleta seletiva na fonte geradora com destinação direcionada para as organizações associativas. Assim, se do lado produtivo as associações não atingem níveis satisfatórios de inclusão, do lado social estão atingindo plenamente esse objetivo, ao contribuir na geração de oportunidades de mudança na condição social e na qualidade de vida desse público.

No ano de 2014, diminuíram o quantitativo de publicações, sendo mapeadas apenas três. O primeiro texto, Reis e Ribeiro (2014) analisam como se dá o processo de inclusão produtiva da agricultura familiar no mercado formal e o grau de inserção das políticas do PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PAA -

⁵ O Prolocal é um projeto do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - de apoio ao desenvolvimento econômico dos municípios

Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar no estado de Goiás, principalmente no que tange aos desafios pertinentes ao mercado, tais como: infraestrutura, logística e dificuldades de gestão. Apesar de ter a proposta de analisar o processo de inclusão produtiva dos agricultores familiares nesse contexto, os autores não definiram o conceito de inclusão produtiva e tampouco houve a problematização do mesmo. Concluíram que os fatores que influenciam negativamente a inserção dos agricultores familiares no mercado formal de Goiás estão ligados à ausência de políticas governamentais que garantam infraestruturas mínimas de estradas, educação e saúde no campo, bem como relativo aos aspectos culturais. Além disso, a precariedade do serviço de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural e o baixo quantitativo de associações e cooperativas com DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF - jurídica também influenciaram no baixo acesso às políticas públicas e ao mercado formal pelos agricultores familiares.

Em outra perspectiva, Singulano (2014) apresentou um estudo de caso sobre o processo de produção têxtil de artesãs do município de Ribeirão das Neves/MG, mostrando a forma de organização dos grupos de mulheres sob a ótica sustentável. A única discussão do texto sobre inclusão produtiva foi retratado ao associá-lo a:

sustentabilidade, em se tratando de projetos de inclusão produtiva é um processo complexo que envolve não só a produção, mas todos os aspectos do desenvolvimento das pessoas envolvidas, suas famílias e o grupo de convivência de trabalho (SINGULANO, 2014, p. 2).

Através da experiência supracitada, a autora inferiu que o desafio maior é de integrar as cadeias produtivas e a de serviços de forma que uma seja beneficiada e, concomitantemente, beneficie a outra. Assim, é necessário que as empresas públicas e privadas conheçam e apreciam as potencialidades do município e, em contrapartida, as artesãs devem se adequar no que se refere às exigências legais para que seja possível gerar renda em projetos que desenvolva capacidades criativas dos atores envolvidos.

Já o estudo de Pereira e Vargas (2014) discute as estratégias de comunicação, mobilização social e o processo de vinculação que ocorre entre agricultores em situação de extrema pobreza, os extensionistas e as instituições locais que participam da organização da Atividade Fomento inserida no eixo de inclusão produtiva rural do PBSM. Esta atividade está ligada a duas ações essenciais, uma de ATER e, a outra, de transferência de recursos não reembolsáveis, proveniente de fundo perdido, diretamente para as famílias beneficiárias. Com o fomento, verificou-se a partir de atividades coletivas oportunidades de aproximação entre as famílias em situação de extrema pobreza, o que fortaleceu os vínculos entre as mesmas e a visibilidade por outros órgãos sociais do município, além de vínculos e co-responsabilidades entre os extensionistas e os agricultores familiares. Outra constatação é que a metodologia do Programa iniciou-se com uma perspectiva difusionista e evoluiu para uma de caráter mais participativa, ao possibilitar a interação entre extensionistas e agricultores, além da construção coletiva dos projetos de inclusão produtiva que foram efetivados na unidade de produção familiar. Entretanto, ao longo do artigo não foi definido o conceito de inclusão produtiva, mas como que se dá a sua imbricação com o PBSM.

Retornam o crescimento das publicações sobre inclusão produtiva no ano de 2015, embora os autores continuem a abordar esse conceito superficialmente. Barbosa-Silva *et al* (2015) descreveu a experiência do Curso de Formação Agroecológica e

Cidadã para a inclusão produtiva de jovens camponeses, porém em nenhum momento foi retratado algo no texto sobre inclusão produtiva.

Florentino e Florentino (2015) relataram a experiência do projeto “Plantando Sonhos”, que é um serviço de convivência e inclusão produtiva do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social - para mulheres em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Todavia, não foi discutido e tampouco apresentado a contribuição deste projeto para a inclusão produtiva para esse público, apenas a sua importância para a Política de Assistência Social.

Fraga *et al* (2015) sistematizaram a experiência do projeto “Aprendizados organizacionais em iniciativas de inclusão produtiva em Unidades de Conservação de Uso Sustentável”, em que consiste na proposta de reflexão conjunta sobre as práticas vividas em doze iniciativas de inclusão produtiva, com o objetivo de identificar e compreender os contextos e fatores que influenciam, de forma significativa, o êxito destas iniciativas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, visando gerar aprendizados e embasar ações estratégicas institucionais. Também não foi mencionado o que se entende por inclusão produtiva, a ênfase foi na reflexão da importância da inclusão social e produtiva no uso sustentável dos recursos naturais.

Damascena (2015) aprofunda a discussão ao realizar as primeiras aproximações e reflexões no que tange as propostas do governo federal para a pobreza e desemprego no Brasil, especificamente atreladas as ações de inclusão produtiva propostas no PBSM. A autora compreende que as ações de inclusão produtiva foram criadas para dar conta das necessidades políticas e econômicas do país. Neste sentido,

as ações de inclusão produtiva compilam as ações já realizadas pelos governos anteriores e também as alternativas encontradas pela sociedade civil para “amenizar” as consequências sofridas pelo desemprego. Tudo isso se compila em um plano de governo, no qual as ações são voltadas para a parcela da população que se encontra abaixo da linha de pobreza e, portanto, não possuem emprego e renda para dar manutenção as suas necessidades básicas (DAMASCENA, 2015, p.2-3).

Entre suas considerações, Damascena (2015) explica que no campo do Serviço Social, a inclusão produtiva emerge como categoria nova de análise e se torna um desafio para os profissionais da área. A justificativa é que a inclusão produtiva nas ações governamentais se sustentam em duas políticas sociais estratégicas, uma referente a Assistência Social e a outra pautada pela geração de trabalho, emprego e renda, ambas absorvidas pela PNAS.

No estudo de Santos *et al* (2015) analisam o conceito teórico de economia solidária quanto à definição das condições que caracterizam a inclusão produtiva. Definem a economia solidária "como modelo de produção e distribuição dedicado a inclusão produtiva e ao enfrentamento das contradições da dinâmica da economia capitalista, especialmente a concentração de renda" (p.1). Chegam a conclusão do dinamismo da economia solidária ao ser capaz de alterar positivamente as condições socioeconômicas por meio de ações inclusivas e de empoderamento junto aos beneficiários dos empreendimentos coletivos. Dessa forma, o movimento economia solidária torna-se parte significativa na inclusão da população que historicamente foi excluída da sociedade.

Quantos aos artigos publicados no ano de 2016 tiveram diferentes interfaces. Sobrinho *et al* (2016) sistematizaram reflexões sobre as implicações do Programa

"Benefício de Prestação Continuada na Escola". Todavia não é discutido e nem explorado questões atinentes à inclusão produtiva. As inferências que é feito com esse termo é que a instituição escolar ocupa um papel relevante como agência de implementação de programas sociais que, sob os imperativos da inclusão produtiva, descobrem o pobre excluído.

Sem nenhuma referência sobre inclusão produtiva no corpo do texto, Cristofolletti e Dibbern (2016) sinalizam que a economia solidária tem o potencial de inserir debates importantes sobre os direitos humanos. Por exemplos, ao ressaltar a dinâmica produtiva autogestionária e cooperativa, além de reivindicar a tecnologia como uma construção social que deve ser democratizada.

Já Marques e Santos (2016) apresentam uma análise sobre cooperativismo, economia solidária e perfil socioeconômico dos catadores no Rio de Janeiro/RJ, compreendendo os avanços e desafios no que concerne ao processo de inclusão social e produtiva deste público. Os autores apontam que o marco estratégico para a implantação do processo inclusivo dos catadores e do enfrentamento aos problemas ambientais foi graças a formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) que tem a finalidade de evitar e prevenir a geração de resíduos sólidos. Apontam que as políticas de inclusão socioprodutiva são ações pontuais e fragmentadas, além de que o processo socioprodutivo não se refere apenas ao acesso ao mercado, mesmo porque todos estão inseridos nele. Contribuem, ainda, informando que

o cooperativismo como instrumento de Inclusão Social e Produtiva de Catadores será um instrumento basilar, o qual poderá ser tomado como política pública direcionada à população excedente do mundo do trabalho, caso o tratem na perspectiva de oportunidade de mudanças de forma integrada, com ações efetivas que conduzam os catadores a condição de partícipes do processo de crescimento econômico e social do país (MARQUES e SANTOS, 2016, p.15).

Por sua vez, Valtaire *et al* (2016) analisam como que se dá a inclusão produtiva de catadores de resíduos sólidos através do Programa "Todos Somos Porto Alegre", com a finalidade de entender como transcorre a implementação deste Programa, bem como o esforço de definição do conceito de inclusão produtiva conforme vêm sendo adotado pela legislação vigente e referencial teórico. Mas nada foi detalhado quanto a atualização conceitual. A inferência identificada foi que conceituar o termo inclusão produtiva ainda é um processo que está posto para a comunidade acadêmica, numa alternância que compreende entre processo e autonomia. Embora constatou que em comparação ao elevado volume de recursos já utilizados, o Programa apresentou dificuldades na obtenção de resultados mensuráveis, visto que não traduzem numa inclusão efetiva desses trabalhadores em postos de trabalho formal, bem como não há outros indicadores que apontem sua inclusão socioprodutiva no sentido de ampliação de direitos.

Morais *et al* (2016b) analisam o PNAE como estratégia de inclusão produtiva no Território Açú Mossoró/RN. Compreendem que o Programa possibilita a dinamização dos negócios oriundos dos agricultores familiares, fortalecendo cadeias de valor, elevando a renda e a inclusão econômica. Entre os resultados sobre esta política, os autores postulam que a região tem tido grande evolução nos últimos seis anos, entretanto carece de evolução, principalmente no que diz respeito as questões de infraestrutura produtiva e de beneficiamento, além de melhorias no relacionamento entre gestores e agricultores e no atendimento aos critérios da legislação sanitária.

Quanto a questão sobre a inclusão produtiva propriamente dita não foi debatida a sua essência, sendo inserida no texto em determinados momentos.

Com o mesmo objeto empírico, Morais *et al* (2016a) avaliam os investimentos dos PROINFs - Projetos e Serviços de Infraestrutura - na dinâmica de inclusão produtiva do Território da Cidadania de Açu-Mossoró/RN. O PROINF tem como finalidade implementar ações de inclusão produtiva e de infraestrutura no meio rural para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, ao gerar maiores oportunidades para o agricultor familiar. No território de Açu-Mossoró, as ações inclusivas demonstraram resultados modestos, sendo que dos 16 projetos territoriais contemplados, 12 estão inoperantes. A justificativa é que a gestão municipal tem muitas dificuldades para operacionalizar os projetos, o que acaba comprometendo a eficiência na maioria das obras. Neste artigo também não é explorado o que se entende por inclusão produtiva, apenas é feita a ligação com uma política que tem foco na inclusão, mas não detalha as características.

O estudo de Lima e Aquino (2016) demonstram qual o efeito das características pessoais, do estabelecimento e de acesso às políticas públicas de transferência condicionada de renda e de inclusão produtiva, sobre a renda *per capita* domiciliar das pessoas e sobre a probabilidade de ser pobre, para aqueles residentes no meio rural da região Nordeste. Quanto as políticas na esfera da inclusão produtiva, os autores citaram como referência o PRONAF, especialmente a linha de microcrédito para os produtores de baixa renda operada pela metodologia do Agroamigo do Banco do Nordeste e também a Atividade de Fomento do PBSM. Os efeitos das políticas no meio rural do Nordeste têm registrado resultados limitados, exceto a Previdência Rural e o Programa Bolsa Família que tem um amplo público beneficiário. As demais ações apresentam baixa abrangência, como é o caso do Agroamigo e do Programa de Fomento, que atendem a uma pequena parcela do seu público potencial. Outras limitantes observadas não se resumem apenas a quantidade de recursos disponibilizados, mas também pelo fato de que um dos principais gargalos das políticas governamentais no combate à pobreza rural é a incipiente articulação das políticas públicas de transferência de renda com as políticas de inclusão produtiva. Concluem que essas políticas são consideradas de suma importância para a melhoria das condições de vida das pessoas pobres do meio rural nordestino. Por sua vez, ressaltam a necessidade que essas políticas sejam articuladas em conjunto no intuito de explorar sinergias.

Neste sentido, Rodrigues (2016) discute a política pública que criou o PBSM. O contexto deste Programa envolve vários ministérios e diversas políticas conjugadas para a elevação da renda de pessoas na extrema pobreza. Com o apoio do serviço de ATER, a inclusão produtiva viabilizou o desenvolvimento da política no meio rural. No entanto, a extensão rural não consegue abordar todas as carências dos agricultores, mas surge como um serviço em potencial para abarcar diversos processos de intervenção social, devido à interação que passa a existir entre o agente extensionista e o agricultor familiar. Entre as reflexões, há indícios de melhorias permanentes aos agricultores que participaram deste Programa, principalmente para aqueles que receberam as infraestruturas, as capacitações e as visitas técnicas. Desse modo, a função de inclusão produtiva pode ser vista como uma busca coletiva, que almeja a autonomia e a não dependência.

Indo ao mesmo encontro, Carneiro e Santos (2016) discutem a importância do atendimento aos PCTs - Povos e Comunidades Tradicionais - pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do PBSM. Assim, esse Programa atuou, tanto na estruturação e fortalecimento de capacidades produtivas dos agricultores em situação

de extrema pobreza, quanto para potencializar a comercialização de excedentes em mercados institucionais (ou não), tratando-se de uma estratégia que articulou produção e comercialização. A inclusão deste público em ações que fortaleçam suas capacidades produtivas é vista como essencial para a consolidação de estratégias direcionadas à sustentabilidade econômica e socioambiental que resultem em efetiva inclusão produtiva. O Programa também representa importante ampliação na participação dos agricultores nos mercados institucionais. Isto é um passo indicativo para superar a dependência de ações pontuais e desordenadas quando se trata do atendimento as diferentes categorias de agricultores familiares.

Foi estabelecido, nas duas últimas décadas, uma evidente dicotomia entre as políticas produtivas e aquelas destinadas à assistência social das unidades agrícolas familiares no Brasil. Neste contexto, Cazella *et al* (2016) analisou esse processo de dualização das principais políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Os resultados apontam que o apoio no âmbito econômico para as atividades produtivas da agricultura familiar tem se concentrado nas camadas intermediárias e consolidadas que já estão inseridas nos mercados agroalimentares. Por outro lado, a maior parte dos agricultores familiares é relegada ao assistencialismo social, não integrando as agendas de trabalho das principais organizações agrícolas. Neste sentido, as políticas sociais das unidades familiares mais frágeis não têm interfaces com as iniciativas voltadas à inclusão produtiva. Como consequência, mesmo que tais políticas tenham influenciado na minimização da situação de pobreza, verifica-se no meio rural um quantitativo significativo de famílias pobres, sobressaindo muitas das vezes pessoas idosas e sem perspectiva de melhorar a situação econômica.

Finalizando o mapeamento deste presente estudo, Petarly *et al* (2016) sistematizam e descrevem os aspectos inerentes à inclusão produtiva contido no Território Rural do Médio Araguaia, localizado no Tocantins. Como na maioria dos trabalhos, não foi discutido o que se entende por inclusão produtiva rural. Consideram que apesar da diversificação produtiva da agricultura familiar, ainda é pouco explorada essa potencialidade. Entre as justificativas, destacam-se as limitações nas estruturas de produção e dificuldades no acesso ao crédito, à assistência técnica e ao conhecimento científico empresarial. Outro fator de entrave é a própria estrutura de acesso aos mercados que é debilitada, pois leva à inviabilidade da comercialização ou desinteresses para criarem ou se inserirem nas cadeias produtivas potenciais no Território. Dessa forma, é necessário que as políticas governamentais estejam alinhadas de acordo com o contexto e a realidade vivenciada pelos agricultores e que haja diálogo entre as esferas federais, estaduais e municipais para garantir a estrutura mínima necessária para inserir a produção dos agricultores nos mercados.

METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar os estudos sobre "inclusão produtiva" foi realizada a busca bibliográfica de artigos publicados em periódicos e em anais de congressos científicos na plataforma do Google Acadêmico, através da palavra-chave "inclusão produtiva" no título dos trabalhos científicos. Esta escolha se justificou por ter maior probabilidade de encontrar artigos que discuta a temática inclusão produtiva em suas diversas perspectivas ao invés de encontrar artigos que apenas referenciam o termo inclusão produtiva em alguma parte do texto sem nenhuma problematização do conceito. Pois, quando feito a combinação sem nenhuma restrição a pesquisa identificou 1.310 trabalhos. Devido ao grande número de artigos, foi selecionado neste estudo

apenas os artigos que contém no título o termo "inclusão produtiva" para se obter informações comparativas temporais quanto ao uso desse termo.

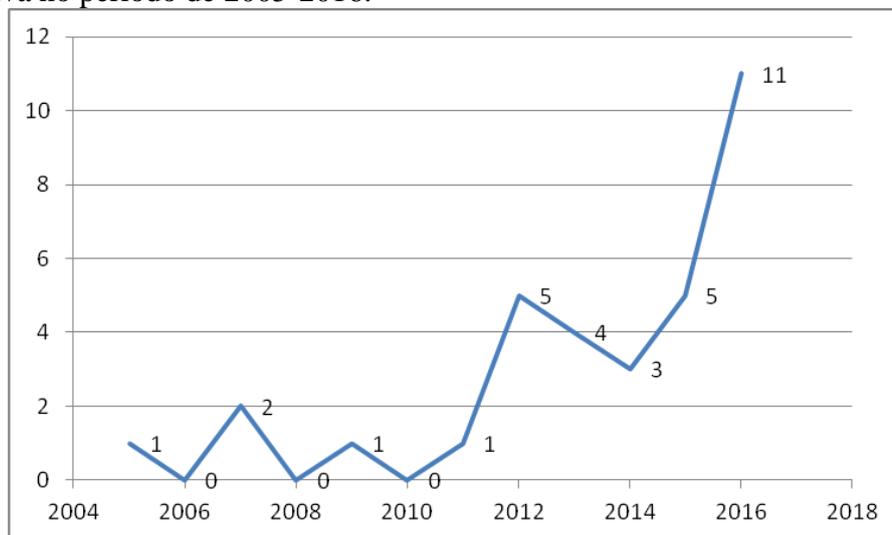
A escolha da base de dados Google Acadêmico é devido ao fato de ser uma das mais completas que estão depositadas revistas científicas indexadas brasileiras e internacionais e que passam por avaliação periódica realizada por um comitê para a cessão de nota qualis, dada de acordo com a classificação nas grandes áreas de conhecimento da CAPES - Coordenação de Apoio Pessoal de Nível Superior.

Num primeiro momento, a partir do critério supracitado, foram encontrados 33 artigos no total, sendo 17 artigos indexados em revistas científicas e 16 artigos de congressos científicos que foram analisados na próxima fase. Para se chegar a este número foram excluídos trabalhos que se repetiram na busca, trabalhos referentes a estudos de conclusão de curso, dissertação ou tese, além de relatórios e capítulos de livro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De 2005, no qual houve a primeira publicação de artigo em congresso científico com essa temática, até o ano de 2016, tem tido crescente número de publicações, principalmente a partir do ano de 2012, como se verifica detalhadamente essa evolução⁶ na Figura 1.

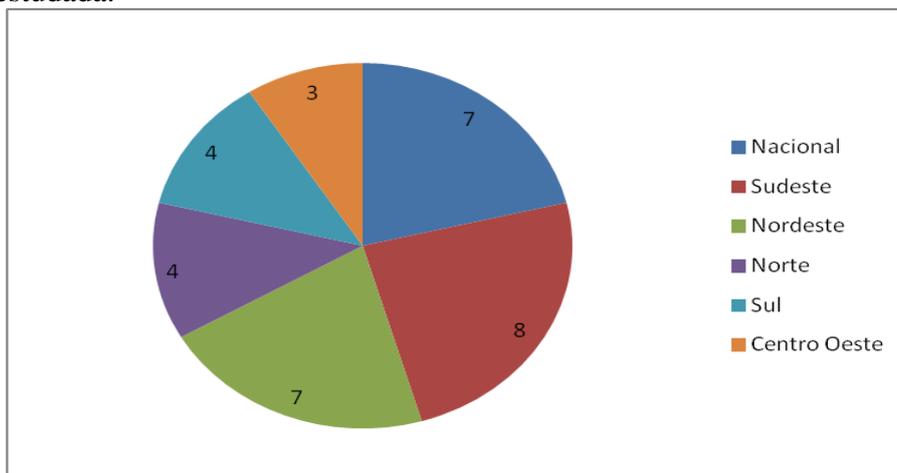
Figura 1 - Evolução no número de artigos publicados sobre a temática inclusão produtiva no período de 2005-2016.



Sobre a abrangência da região estudada, em sete artigos os autores retrataram aspectos sobre a realidade nacional, oito artigos de estados situados na região sudeste, sete artigos sobre o nordeste, seguido por quatro artigos das regiões sul e norte e três do centro oeste, conforme se verifica na Figura 2.

⁶ Alguns artigos foram registrados na plataforma de busca do Google Acadêmico em anos posteriores ao da publicação. Desse modo, foi necessário ajustar o ano de publicação dos artigos com as informações contidas nesta plataforma.

Figura 2 - Quantitativo de artigos publicados de acordo com a abrangência da região estudada.



Num segundo momento, verificou-se nos artigos o número de vezes que repetia a palavra "inclusão produtiva" no corpo do texto, exceto no título e nas referências bibliográficas, para se ter a ideia o quanto este conceito foi contextualizado no artigo. A justificativa desta escolha é dada pela importância que este conceito tem na construção do estado da arte proposto e averiguar as questões e as temáticas que estão em voga e suas correlações. Entre os resultados deste filtro, dos 33 artigos selecionados, dezenove artigos tiveram mais de cinco repetições da palavra "inclusão produtiva" no decorrer do texto, enquanto os outros catorze artigos tiveram menos de cinco citações encontradas, chegando a ter trabalhos com apenas uma referência a este termo no decorrer do texto, apesar de ter utilizado o *string* "inclusão produtiva" nos títulos dos trabalhos mapeados nas buscas do Google Acadêmico.

Percebeu que nestes artigos com poucas referências à "inclusão produtiva", quando mencionado, foi encontrado esse termo no campo dos resultados e conclusões do artigo, com o objetivo de elucidar principalmente as perspectivas que a inclusão produtiva emerge ao se materializar em programas, projetos e políticas de enfrentamento à pobreza.

Após a realização desses dois filtros, o exercício foi de ler os artigos, para se ter uma melhor visualização dos estudos e enumeração das seguintes categorias: o título, o ano de publicação, o local da pesquisa, o nome da revista ou do congresso científico que foi publicado, o objetivo, o tema, o público pesquisado, a metodologia adotada e os resultados apontados no estudo. Ao final, foram realizadas a síntese dos principais resultados encontrados com sugestões de estratégias de inclusão produtiva e na tentativa de construir um conceito.

Em síntese, foram poucos os trabalhos mapeados nesta temática, apesar de ter sido verificado evolução nos últimos anos. Isto implica a necessidade e a importância de desenvolver mais trabalhos na área como forma de gerar adequados embasamentos teóricos-metodológicos em posteriores intervenções junto a grupos excluídos.

Na caracterização do grupo de artigos de revistas científicas, verificou-se que foram publicados nos últimos dez anos (2007-2016), nos quais todos as publicações não tiveram repetições de revistas. Houve três artigos que foram publicados em revistas sem qualis. Por outro lado, a revista com melhor qualis foi a Interações (UCDB), com a classificação do periódico em A2 na área de Arquitetura, urbanismo e design. Os artigos de outras revistas mapeadas tiveram diferentes conceitos (cinco no qualis B1, dois no qualis B2, dois no qualis B3 e quatro no qualis B5), contemplando uma heterogeneidade

de áreas do conhecimento com destaque para as segunites: Interdisciplinar, Sociologia e Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

Na caracterização do grupo de artigos provenientes de congressos científicos, verificou-se que foram publicados nos últimos doze anos (2005-2016), sendo que alguns trabalhos foram publicados nos mesmos eventos, como no Encontro Nacional de Política Social e no Congresso Regional da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Nordeste. Isso se deve ao fato da temática dos congressos serem uma das principais que se relacionam com a noção de inclusão produtiva. Ou seja, questões atinentes ao meio rural e políticas sociais estão entre os principais temas que se dialogam ao tema da inclusão produtiva.

Quanto aos públicos que foram objetos empíricos dos artigos mapeados predominaram os agricultores familiares (9), mulheres (5), catadores de materiais recicláveis (4), beneficiários de políticas sociais (3) entre outros que tiveram menor frequência. Isto reforça a ideia de que a função das ações/políticas inclusivas é de dar opções aos grupos excluídos da sociedade, como os supracitados. Os temas de discussão foram também diversos, perpassando fundamentalmente por questões sobre a inclusão e suas variações (produtiva, econômica, financeira produtiva, social, socioproductiva) voltados a temas como políticas públicas, assistência social, agricultura familiar, reciclagem, economia solidária, pobreza, gênero, sustentabilidade, mercados e extensão rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais apontamentos do estudo, evidenciou que não há uma definição conceitual clara e didática sobre o que se entende por inclusão produtiva (Souza, 2013; Voltaire et al, 2016; Niederle, 2017). Constatou-se uma diversidade de temáticas (assistência social, agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, economia solidária, gênero, pobreza, sustentabilidade, dentre outras) que estão associadas ao referido termo. Por sua vez, as ações de inclusão produtiva pautou-se estrategicamente no plano de governo vigente, com suas respectivas políticas. Embora algumas ações relacionadas a esta temática já vinham sendo estudadas separadamente, bem antes do início de políticas públicas associadas às questões de inclusão produtiva, tais como: qualificação profissional (Bergamaschi e Almeida, 2012; Preto *et al*, 2012; Souza, 2013; Damascena, 2015), microcrédito (Ferreira Jr. *et al*, 2012; Damascena, 2015), economia solidária (Preto *et al*, 2012; Souza, 2013; Santos *et al*, 2015) dentre outras, o que justifica os poucos estudos antes de 2010.

A partir disso, foi possível identificar também que na maioria dos estudos mapeados houve influência do senso comum. Em outras palavras, devido a efervescência de políticas públicas nos último anos que buscam alternativas para aqueles que “precisam” ser incluídos, os “pobres rurais”, tentam utilizar do temo como palavra de ordem para a ação do Estado, mas sem nenhuma padronização conceitual ou orientação política.

Entretanto, foi notável a evolução no número de publicações sobre a temática, principalmente no ano de 2016, referentes as últimas políticas governamentais que contemplam algum tipo de ação inclusiva, com destaque para a Política Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Atividade de Fomento do Programa Brasil Sem Miséria, entre outras políticas sociais, territoriais e de comercialização que tentaram diminuir a pobreza da população excluída. Destarte para as políticas sociais que foram tema principal nos primeiros trabalhos identificados

(Rodrigues e Virgolin, 2011; Bergamaschi e Almeida, 2012; Alves e Amâncio, 2013; Souza, 2013) que retrataram algumas questões sobre os aspectos da inclusão produtiva como importante vetor na mobilização das capacidades sociais e produtivas, no enfrentamento da pobreza e na emancipação dos beneficiários.

Apesar dos avanços no campo da inclusão produtiva e suas derivações: inclusão social produtiva (Rodrigues e Virgolin, 2011; Rodrigues e Almeida, 2013; Pereira e Vargas, 2014; Marques e Santos, 2016, Cazella et al, 2016), financeira (Ferreira Jr. et al, 2016) e econômica (Morais *et al*, 2016b), averiguou-se a falta de uma política específica de inclusão produtiva.

Com a ideia de viabilizar estratégias para reduzir a pobreza, a inclusão produtiva tornou-se termo recorrente em estudos socioeconômicos e na agenda política, demonstrando a significância desta temática e o quão importante é para o empoderamento dos diversos grupos excluídos da sociedade. Assim, uma das justificativas para o não uso do termo inclusão produtiva é que muitas das vezes os autores estão se referindo sem utilizar explicitamente o termo, mas retratando-se de opções inclusivas para um determinado grupo excluído da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. C. S; AMÂNCIO, I. N. A inclusão produtiva de mulheres e suas percepções sobre seu papel na sociedade contemporânea. COLÓQUIO NACIONAL SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2, 2013, Natal. **Anais ... Natal: IFRN**, 2013.

BARBOSA-SILVA, D; STARR, C. R; DINIZ, J. D. A.S; MOLINA, M. C; OLIVEIRA, M. N. S. Curso de Formação Agroecológica e Cidadã para a inclusão produtiva de jovens camponeses. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE AGROECOLOGÍA, 5, 2015, La Plata. **Anais ... La Plata: FCAF**, 2015.

BERGAMASCHI, L. B; ALMEIDA, C. A. Serviço de inclusão produtiva: uma análise da percepção dos participantes sobre o trabalho. In: JORNADA CIENTÍFICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA, 2, 2016, Vitória. **Anais...Vitória: UFES**, 2012.

BITENCOURT, R. S; BALLARDIN, L; GUIMARÃES, L, B, M; BUSTOS, C; VARGAS, C. V. Perspectivas multidisciplinares sobre a inclusão de PPDs no mercado de trabalho: buscando a inclusão produtiva no setor industrial. In: ENEGEP - ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25, 2005, Porto Alegre. **Anais ... Porto Alegre: UFRGS**, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em 6 de abr de 2017.

CARNEIRO, C; SANTOS, C. N. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos (BARU)**, v. 2, n. 2, p. 164-175, 2016.

CAZELLA, A. A; CAPELLESSO, A. J; MEDEIROS, M; TECCHIO, A; SENCÉBÉ, Y; BÚRIGO, F. L. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v.15, Edição Especial, p.49-79, 2016.

COSTA, J. G. F; ARCHANGELO, E. R; COSTA, A. C. T; MORAES, B. L. F; PEREIRA, A. J; FERNANDES, C. S; ALMEIDA, I. W. Sistemas de gestão agroecológico no processo de inclusão produtiva de jovens agricultores. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNITINS, 14, 2007, Palmas. **Anais ...** Palmas: Unitins, 2007.

CRISTOFOLETTI, E. C; DIBBERN, T. A. Direitos humanos e inclusão produtiva, um diálogo necessário. In: JORNADAS LATINO-AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15, 2016, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: UFPR, 2016.

DAMASCENA, M. B. Inclusão produtiva: determinações e particularidades. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3, 2015, Vitória. **Anais ...** Vitória: UFES, 2015.

ESTEVES, M. D; SILVA, M. R. G; SOUZA, S. A. Projeto Unidade Referencial Jequitibá: inclusão produtiva através da educação profissional e tecnológica. **Inc. Soc.**, v. 6 n. 1, p.236-242, 2012.

FERREIRA Jr, R. R; SORGATO, L. A. A; ROSÁRIO, F. J. P. Estratégias de inclusão financeira produtiva em regiões periféricas: uma proposta para o Nordeste. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8, 2012, Salvador. **Anais ...** Salvador: UFBA, 2012.

FLORENTINO, B. R. B; FLORENTINO, A. R. “Plantando sonhos”: serviço de convivência e inclusão produtiva do CRAS. **Rev. Ed. Popular**, v. 14, n. 2, p. 165-179, 2015.

FRAGA, A; DUARTE, A; MAYA, C; MATA, J; LUZ, L; GUERRA, M; ZIMMERMANN, N. Uma reflexão sobre a sistematização de aprendizados organizacionais a partir de iniciativas de inclusão produtiva em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. **Biodiversidade Brasileira**, v.5, n.1, p. 94-105, 2015.

LE-BOURLEGAT, C; AMARILHA, S. **Interações**, v. 14, Edição Especial, p. 59-70, 2013.

LIMA, J. R. F; AQUINO, J. R. Renda e pobreza no meio rural do nordeste: efeitos das características individuais, do domicílio e do acesso aos programas governamentais de transferência de renda e de inclusão produtiva. In: CONGRESSO REGIONAL DA SOBER NORDESTE, 11, 2016, Mossoró. **Anais ...** Mossoró: UERN, 2016.

LUCHETI, L. A. R; CARLOTO, C. M. Desafios da política social para inclusão produtiva: o Programa Bolsa Família e os catadores de materiais recicláveis, no

município de Presidente Prudente-SP. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 8, 2012, Marília. **Anais ...** Marília: UNESP, 2012.

MARQUES, J. G; SANTOS, R. L. Análise do programa coleta seletiva com inclusão social e produtiva dos catadores. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4, 20165, Vitória. **Anais ...** Vitória: UFES, 2016.

MORAIS, V. M; POMPEU, A. H. F; NUNES, E. M. Dinâmica territorial de inclusão produtiva: Avaliação dos investimentos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais (PROINF) no Território da Cidadania Açú-Mossoró (RN). In: Congresso Regional da SOBER Nordeste, 11, 2016, Mossoró. **Anais ...** Mossoró: UERN, 2016a.

MORAIS, V. M; SILVA, C. R. F; POMPEU, A. H. F. A política pública do PNAE como estratégia de inclusão produtiva no Território Açú Mossoró/RN. In: Congresso Regional da SOBER Nordeste, 11, 2016, Mossoró. **Anais ...** Mossoró: UERN, 2016b.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: DELGADO, G.C; BERGAMASCO, S. M. P. P (Orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

OGIONI, A; AFONSO, L; PEIXOTO, C; GOMES, D. D; BICALHO, G; MOREIRA, N; SILVA, W. C. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.4, n.1, p. 102-136, 2009.

PEREIRA, A; VARGAS, D. L. Programa Brasil Sem Miséria e as estratégias de comunicação e mobilização social: um olhar para a inclusão social e produtiva. **Cadernos de comunicação**, v.18, n.2, p.207-220, 2014.

PETARLY, R. R; CANÇADO, A. C; MILAGRES, C. S. F; MOURA, M. T. B; SOUZA, W. P. As possibilidades e desafios do Território Rural do Médio Araguaia para a inclusão produtiva. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. v. 6, n. 3, p. 62-82, 2016.

PRETO, S. C. S; CAVALCANTE, A. L. B. L; NAKAYAMA, M. K; FIALHO, F. A. P; FIGUEIREDO, L. F. G. A inclusão produtiva e as potencialidades artesanais regionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE, 1, 2012, Recanto Maestro. **Anais ...** Recanto Maestro: Fundação Antonio Meneghetti, 2012.

REIS, S. F; RIBEIRO, D. D. Inclusão produtiva e as políticas públicas para a agricultura familiar no estado de Goiás. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 6, 2014, Araraquara. **Anais ...** Araraquara: Uniara, 2014.

RODRIGUES, L. V. N. Plano Brasil sem Miséria – a inclusão produtiva rural para pescadores do sertão do São Francisco. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.1, n.2, 2016, pp.47-69.

RODRIGUES, M. S; VIRGOLIN, I. W. C. A inclusão social produtiva na política de assistência social no Programa “Mães unidas na construção da dignidade de suas famílias” no município de CRUZ ALTA. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 16, 2011, Cruz Alta. **Anais ... Cruz Alta: UNICRUZ, 2011.**

RODRIGUES, R. H. P; ALMEIDA, P. C. A Contribuição das associações na inclusão produtiva e social dos catadores de materiais recicláveis do município de Fortaleza. **Revista do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas**, v.1, p.155-2002, 2013.

SANTOS, M. J; CONCEIÇÃO, A. A. B; VIEIRA, E. J. Economia solidária: alternativa para o desenvolvimento regional e a inclusão produtiva. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7, 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais ... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.**

SINGULANO, M. F. Sustentabilidade e projetos de inclusão produtiva. **Revista Achiote.com**, v. 2, n. 1, p.1-11 , 2014.

SOBRINHO, R. C; CUNHA, M. I. C; PANTALEÃO, E. O Programa ‘Benefício de Prestação Continuada na Escola’ e os imperativos da inclusão produtiva: apontamentos. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 19, n.1, p. 147-160, 2016.

SOUZA, C. F; CHECHETO, J; MUNIZ, E. A eficácia do serviço preparação para o trabalho e renda do programa de inclusão produtiva no município de Bauru. **RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social**, v.11, n. 19, p. 01-80, 2007.

SOUZA, F. V. F. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O Social em Questão**, v.17, n.30, p.287-298, 2013.

VOLTAIRE, V; LADEIRA, F. S; TATSCH, T. M; OLIVEIRA, C. C. Inclusão produtiva: análise exploratória do Programa Todos Somos Porto Alegre. **R. Eletr. Cient. Uergs**, v.2, n.1, p.43–53, 2016.

Recebido para publicação em 13 de janeiro 2018

Aceito para publicação em 23 de maio de 2018